

# PROVISÓRIO

## SUMÁRIO

<b>ABREVIATURAS</b> .....	41
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	43

### ● PARTE I

## DIREITO DO TRABALHO

### CAPÍTULO I

#### INTRODUÇÃO AO DIREITO DO TRABALHO.....

**53**

1. Introdução ao Direito do Trabalho .....	53	1.2.6.3. Complementação de aposentadoria e benefício previdenciário do INSS..	68
1.1. Fontes do Direito do Trabalho.....	54	1.2.6.4. Aposentadoria. Complementação .....	68
1.2. Regulamento de empresa.....	56	1.2.6.5. Ação declaratória visando à complementação de aposentadoria .....	69
1.2.1. Vantagens concedidas pelo empregador .....	56	1.2.6.6. Prêmio-aposentadoria instituído por norma regulamentar.....	69
1.2.1.1. Vantagens concomitantes concedidas pelo empregador. Princípio da norma mais favorável.....	58	1.2.6.7. Critério de reajuste da complementação de aposentadoria. Lei nº 9.069/95 .	70
1.2.2. Formalidade específica prevista no regulamento de empresa como condição para aplicação de punições .....	59	1.2.6.8. Complementação de aposentadoria instituída pelo Banespa.....	70
1.2.2.1. Aplicação de multa no trabalho intermitente....	59	1.2.6.9. Complementação de aposentadoria instituída pela Petrobras.....	71
1.2.3. empregado em face de conteúdo de norma interna da empresa WMS, que previu procedimentos específicos antes da dispensa de seus trabalhadores (Decisão proferida em Recurso de Revista Repetitivo) ...	60	1.2.6.10. Complementação de aposentadoria instituída pelo Banco do Brasil .....	71
1.2.4. Conversão da licença-prêmio em pecúnia .....	63	2. Eficácia das normas trabalhistas .....	72
1.2.5. Normas do regulamento interno da Nossa Caixa – Nosso Banco ...	63	2.1. Introdução.....	72
1.2.6. Complementação de aposentadoria prevista em norma interna da empresa.....	63	2.2. Eficácia temporal das normas trabalhistas .....	72
1.2.6.1. Complementação dos proventos da aposentadoria .....	63	2.2.1. Princípio da irretroatividade da lei. Contrato nulo .....	73
1.2.6.2. Previdência privada .....	67	2.2.2. Princípio da irretroatividade da lei. Juros.....	74
1.2.6.3. Complementação de aposentadoria e benefício previdenciário do INSS..	68	2.3. Eficácia espacial das normas trabalhistas .....	75
1.2.6.4. Aposentadoria. Complementação .....	68	2.3.1. Conflito das leis trabalhistas no espaço. Princípio da lex loci executionis .....	75
1.2.6.5. Ação declaratória visando à complementação de aposentadoria .....	69	2.3.2. Demais hipótese de eficácia espacial das normas trabalhistas.....	76
1.2.6.6. Prêmio-aposentadoria instituído por norma regulamentar.....	69	2.3.3. Eficácia espacial das normas trabalhistas no caso de empregado admitido no Brasil que opta pela realização de teletrabalho fora do território nacional.....	76
1.2.6.7. Critério de reajuste da complementação de aposentadoria. Lei nº 9.069/95 .	70	3. Renúncia e transação no direito do trabalho .....	77
1.2.6.8. Complementação de aposentadoria instituída pelo Banespa.....	70	3.1. Introdução.....	77
1.2.6.9. Complementação de aposentadoria instituída pela Petrobras.....	71		
1.2.6.10. Complementação de aposentadoria instituída pelo Banco do Brasil .....	71		

3.1.1. Renúncia.....	77	1.2.2. Local da prestação de serviços e teletrabalho (Reforma Trabalhista)	103
3.1.2. Transação .....	78	1.2.3. Profissionalidade .....	104
3.2. Programa de demissão voluntária. Transação extrajudicial .....	79	1.3. Altos empregados .....	105
3.2.1. Eficácia liberatória – regulamentação anterior à Reforma Trabalhista .....	79	1.3.1. Introdução .....	105
3.2.2. Posicionamento do STF e a força dos instrumentos coletivos.....	79	1.3.2. Diretor eleito. Cômputo do período como tempo de serviço .....	106
3.2.3. Eficácia liberatória do PDV – Reforma Trabalhista .....	80	1.3.3. Bancário .....	106
3.2.4. Quitação plena e irrevogável .....	81	1.3.3.1. Introdução.....	106
3.2.5. Direito intertemporal.....	82	1.3.3.2. Jornada de trabalho do bancário durante a vigência da MP nº 905/2019 (vigência encerrada) .....	107
3.2.6. Temas correlatos – Comissão de Conciliação Prévia.....	82	1.3.3.3. Gerente bancário.....	107
3.2.7. Temas correlatos – Homologação de acordo extrajudicial.....	82	1.3.3.4. Cargo de confiança.....	109
3.2.7.1. Limites do acordo extrajudicial .....	83	1.3.3.5. Gratificação de função...	112
3.2.7.2. Transação e redução de direitos trabalhistas .....	83	1.3.3.6. Pré-contratação de horas extras.....	113
3.2.7.3. Parcelamento de verbas rescisórias .....	84	1.3.3.7. Hora de salário. Divisor..	115
3.2.7.4. Homologação parcial de acordo extrajudicial.....	85	1.3.3.8. Sábado. Dia útil não trabalhado .....	119
3.2.7.5. Eficácia liberatória do acordo extrajudicial homologado.....	85	1.3.3.9. Intervalo de 15 minutos. Não computável na jornada de trabalho .....	119
3.3. Programa de demissão voluntária. Impossibilidade de compensação .....	86	1.3.3.10. Gratificação por tempo de serviço. Integração no cálculo das horas extras	120
3.4. Plano ou programa de demissão voluntária. Imposto de Renda.....	87	1.3.3.11. Gratificação de função e adicional de tempo de serviço.....	121
4. Quadro resumido .....	88	1.3.3.12. Quebra de caixa. Natureza jurídica .....	121
5. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo I).....	90	1.3.3.13. Bancário empregado do mesmo grupo econômico .....	123
6. Súmulas do STF e STJ (Relacionadas ao capítulo I).....	91	1.3.3.14. Ajuda-alimentação dos bancários .....	124
7. Enunciados da 2ª jornada de Direito Material e Processual do Trabalho .....	92	1.3.4. Empregados equiparados aos bancários.....	125
8. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo I)	93	1.3.4.1. Empregado de empresa de processamento de dados .....	125
		1.3.4.2. Empregados de financeira .....	126
		1.3.5. Empregados não equiparados aos bancários.....	126
		1.3.5.1. Empregados de corretoras de títulos e valores mobiliários .....	126
		1.3.5.2. Empregados de cooperativa de crédito.....	126
		1.3.5.3. Vigilante .....	127
		1.3.5.4. Categoria diferenciada ..	128

## CAPÍTULO II

### SUJEITOS DA RELAÇÃO EMPREGATÍCIA – EMPREGADO E EMPREGADOR ..... 101

1. Empregado .....	101
1.1. Introdução. Requisitos da relação empregatícia.....	102
1.1.1. Alteridade .....	103
1.2. Elementos não essenciais à configuração da relação de emprego .....	103
1.2.1. Exclusividade .....	103

1.3.6. Orientações Jurisprudenciais do TST específicas sobre bancários. ....	129	2.3.5. Desmembramento de municípios .....	149
1.3.6.1. Adicional de Caráter Pessoal do Banco do Brasil. ....	129	2.3.6. Ausência de concurso público na administração pública indireta. Posterior privatização. Convalidação...	150
1.3.6.2. Adicionais específicos do Banco do Brasil e a função de gerente.....	129	2.3.7. Sucessão trabalhista e penhora de bens em pessoa de direito público .....	152
1.4. Empregado rural.....	129	2.4. Poderes do empregador .....	153
1.4.1. Introdução. Identificação do empregado rural.....	129	2.4.1. Introdução .....	153
1.4.2. Empresa de reflorestamento .....	131	2.4.1.1. Poder de organização ...	153
1.4.3. Contagem do prazo prescricional do contrato em curso à época da promulgação da EC/28-2000.....	132	2.4.1.2. Poder de controle .....	156
1.4.4. Intervalo intrajornada. Rurícola..	133	2.4.1.3. Poder disciplinar .....	163
1.4.5. Salário-família do empregado rural .....	135	2.4.2. Poder regulamentar .....	165
2. Empregador.....	136	2.4.3. Punição prevista em regulamento interno.....	167
2.1. Introdução.....	136	3. Quadro resumido .....	169
2.1.1. Sócio retirante (Reforma Trabalhista) .....	137	4. Súmula do STF e STJ (Relacionada ao Capítulo II).....	172
2.1.1.1. Responsabilidade do sócio retirante .....	137	5. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo II).....	173
2.2. Grupo econômico.....	138	6. Teses jurídicas prevaletentes dos tribunais regionais do trabalho .....	175
2.2.1. Consequências jurídicas do reconhecimento do grupo econômico e empregador único .....	139	7. Enunciados da reforma trabalhista .....	175
2.2.1.2. Contrato único.....	139	8. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo II).....	177
2.2.2. Temas correlatos: Grupo econômico por subordinação e coordenação (Reforma Trabalhista) .....	141	<b>CAPÍTULO III</b>	
2.2.3. Requisitos para configuração do grupo econômico .....	142	<b>TERCEIRIZAÇÃO ..... 201</b>	
2.2.4. Grupo econômico e terceirização .....	143	1. Introdução.....	201
2.2.5. Aspectos processuais do reconhecimento do grupo econômico....	143	2. Requisitos para terceirização lícita .....	202
2.3. Sucessão de empresas.....	143	2.1. Temas correlatos à Súmula nº 331 do TST..	212
2.3.1. Requisitos para configuração da sucessão trabalhista .....	143	2.1.1. Terceirização no Marco Regulatório Trabalhista Infralegal .....	212
2.3.1.1. Responsabilidade do sucessor (Reforma Trabalhista).....	144	2.1.2. Terceirização em empresas de telecomunicação .....	213
2.3.1.2. Sucessão por indução....	145	2.1.3. Quarteirização .....	213
2.3.1.3. Sucessão inversa .....	145	2.1.4. Condições de trabalho .....	214
2.3.2. Sucessão trabalhista em estabelecimentos bancários .....	146	2.1.4.1. Súmula nº 331 do TST .....	214
2.3.3. Contrato de concessão de serviço público. Responsabilidade trabalhista.....	148	2.1.4.2. Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017)	215
2.3.4. Sucessão trabalhista em aquisição de empresa pertencente a grupo econômico .....	149	2.1.4.3. Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017 .....	215
		2.1.5. “Quarentena” para empregado ser sócio ou titular da empresa contratada (Reforma Trabalhista).....	216
		2.1.6. Período de quarentena do empregado terceirizado (Reforma Trabalhista)..	216
		3. Vínculo empregatício com a administração pública. Período anterior à CF/88 .....	217
		4. Contrato de trabalho com a Associação de Pais e Mestres – APM.....	218
		5. Equiparação salarial na terceirização.....	219

5.1. Regulamentação prevista na OJ nº 383 da SDI-I do TST .....	219
5.2. Tema nº 383 de repercussão geral do STF..	220
6. Responsabilidade trabalhista do dono da obra. Contrato de empreitada na construção civil.....	221
6.1. Responsabilidade do dono da obra .....	221
6.2. Tema correlato: Responsabilidade do empregado na subempreitada .....	223
7. Quadro resumido .....	225
8. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo III).....	226
9. Teses jurídicas prevaletentes dos tribunais regionais do trabalho .....	228
10. Enunciados da reforma trabalhista .....	229
11. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo III)..	231

## CAPÍTULO IV

### **CONTRATO DE TRABALHO ..... 241**

1. Identificação profissional do empregado. Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS .....	241
1.1. CTPS Digital.....	242
1.1.1. Informações obrigatórias na CTPS.	244
1.2. Anotação em CTPS.....	244
1.2.1. Anotações gerais e anotações especiais.....	245
1.2.2. Anotações sobre a remuneração.....	245
1.2.3. Apresentação da CTPS .....	246
1.2.4. Registros eletrônicos equivalentes às anotações .....	246
1.2.5. Prazo para acesso às informações de anotação .....	246
1.2.6. Multa pelo descumprimento do dever de anotação .....	246
1.2.7. Vedação de anotações desabonadoras .....	246
1.3. Do valor das anotações na CTPS.....	247
1.3.1. Registro de empregados .....	248
1.4. Aviso-prévio indenizado e a baixa na CTPS .....	251
2. Contratação do empregado: exigência de certidão negativa de antecedentes criminais .....	251
2.1. Temas correlatos – Lei Geral de Proteção de Dados nas relações de trabalho .....	253
2.1.1. LGPD e sua aplicação no âmbito trabalhista.....	254
2.1.2. Conceitos importantes da LGPD.....	254
2.1.3. Parâmetros para o tratamento dos dados pessoais .....	255
2.1.4. Bases de tratamento de dados na LGPD.....	255
2.1.4.1. Base de tratamento de dados não sensíveis .....	255
2.1.4.2. Base de tratamento de dados sensíveis .....	256
2.1.5. Princípios da LGPD .....	257
2.1.6. Tratamento de dados de empregados adolescentes .....	258
2.1.7. Norma coletiva e uso de dados pessoais.....	258
2.1.8. Uso indevido de dados pessoais e papel dos órgãos de fiscalização do trabalho.....	258
2.1.9. Responsabilidade do empregador para com terceiros e empregados pelo uso indevido e vazamento de dados pessoais .....	259
2.2. Temas correlatos – Carta de recomendação do ex-empregado.....	260
2.3. Temas correlatos – Tarifação do dano extrapatrimonial nas relações de trabalho .....	261
2.3.1. Da inconstitucionalidade do sistema de tarifação do dano extrapatrimonial (ADI 6050 – interpretação conforme a Constituição).....	262
3. Classificação do contrato de trabalho .....	264
3.1. Contrato por prazo determinado .....	264
3.1.1. Contrato por prazo determinado na LC nº 150/2015 (“Lei dos Domésticos”).....	265
3.1.2. Trabalho intermitente (Reforma Trabalhista).....	265
3.1.2.1. Antecedentes do trabalho intermitente: jornada móvel ou variável .....	265
3.1.2.2. Conceito de trabalho intermitente .....	266
3.1.2.3. Exclusão dos aeronautas e questão das categorias diferenciadas.....	267
3.1.2.4. Principais impactos do trabalho intermitente nos direitos dos trabalhadores ..	268
3.1.2.5. Constitucionalidade do trabalho intermitente .....	268
3.1.2.6. Trabalho intermitente no direito comparado.....	269
3.1.3. Regulamentação do trabalho intermitente.....	269
3.1.3.1. Normas ligadas à convocação do trabalhador.....	271
3.1.3.2. Multa por descumprimento do acordado .....	272
3.1.3.3. Direitos do empregado em trabalho intermitente .....	274
3.1.3.4. Questionamentos sobre o trabalho intermitente .....	275

3.1.3.5. Trabalho intermitente durante o estado de calamidade pública decorrente da pandemia do coronavírus e legislação de exceção .....	276	5.7.2. Necessidade de fundamentação da transferência .....	300
3.1.4. Contrato de Trabalho Verde e Amarelo (MP nº 905/2019 – vigência encerrada).....	277	5.7.3. Adicional de transferência para ocupante de cargo de confiança.....	300
3.2. Prazo e prorrogação do contrato de experiência.....	277	5.7.4. Transferência e despesas de transporte.....	301
3.3. Término antecipado do contrato por prazo determinado e a cláusula assecuratória de direito recíproco.....	279	6. Suspensão e interrupção do contrato de trabalho .....	301
3.3.1. Término antecipado do contrato por prazo determinado .....	280	6.1. Introdução .....	301
4. Da nulidade do contrato de trabalho .....	281	6.2. Comparecimento à Justiça do Trabalho .....	302
4.1. Contrato nulo. Contratação do servidor público sem prévio concurso público.....	281	6.3. Suspensão do contrato em razão da aposentadoria por incapacidade permanente.....	303
4.1.1. Exigência de concurso público para o ingresso no cargo de professor titular .....	284	6.4. Suspensão do prazo prescricional em virtude do auxílio por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença).....	304
4.1.2. Ausência de concurso público na administração pública indireta. Posterior privatização. Convalidação ....	285	6.5. Suspensão do contrato e a continuidade do pagamento do plano de saúde .....	304
4.1.3. Contratação de empregado nas pessoas jurídicas do “Sistema S”. Desnecessidade de concursos públicos ....	286	6.6. Suspensão temporária do contrato de trabalho durante a pandemia de coronavírus (Lei nº 14.020/2020 e MP 1.045/2021, rejeitada) e legislação de exceção .....	306
4.2. Desvirtuamento do estágio com a Administração. Contrato nulo.....	287	7. Quadro resumido .....	308
4.3. Oficial de justiça ad hoc.....	288	8. Súmulas do STF e STJ (relacionadas ao Capítulo IV) .....	310
4.4. Trabalho ilícito. Jogo do bicho.....	288	9. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo IV) .....	311
4.5. Trabalho proibido. Policial militar .....	289	10. Teses jurídicas prevaletentes dos tribunais regionais do trabalho .....	313
4.6. Pessoal de obras na Administração Pública. Aplicação da legislação trabalhista .....	290	11. Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas e Incidentes de Assunção de Competência dos Tribunais Regionais do Trabalho .....	314
5. Alteração do contrato de trabalho .....	290	12. Enunciados da reforma trabalhista .....	315
5.1. Introdução .....	290	13. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo IV)..	317
5.2. Reversão e supressão ou redução da gratificação.....	291		
5.2.1. Gratificação dos operadores de raios X.....	294		
5.3. Transferência do período noturno para o diurno .....	294		
5.4. Alteração da jornada. Retorno à jornada inicialmente contratada .....	295		
5.5. Redução da carga horária do professor .....	296		
5.6. Alteração da data do pagamento .....	297		
5.6.1. Data do pagamento do salário e incidência de correção monetária ..	298		
5.6.2. Incidência de correção monetária sobre as diferenças salariais.....	299		
5.7. Transferência de empregados.....	299		
5.7.1. Introdução .....	299		

## CAPÍTULO V

### **DURAÇÃO DO TRABALHO E PERÍODOS DE DESCANSO ..... 329**

1. Duração do trabalho .....	330
1.1. Tempo à disposição do empregador.....	331
1.1.1. Tema correlato: Viagens para participação em cursos e treinamentos exigidos pela empresa e tempo à disposição do empregador (Informativo nº 219 do TST).....	333
1.2. Fiscalização da jornada. Ônus da prova .....	333
1.2.1. Tema correlato – Registro de ponto eletrônico no Marco Regulatório Trabalhista Infralegal.....	338
1.3. Trajeto para o trabalho. Hora in itinere .....	339
1.3.1. Horas in itinere antes da Reforma Trabalhista .....	339
1.3.2. Horas in itinere após a Reforma Trabalhista.....	339

1.3.3. Tempo médio das horas <i>in itinere</i> .....	342	e infraestrutura necessária ao trabalho remoto .....	365
1.3.4. Hora <i>in itinere</i> . Empregador que cobra pelo transporte fornecido .....	343	1.7.2.6. Meio ambiente do trabalho no regime de teletrabalho .....	366
1.4. Sobreaviso e Prontidão. Aplicação por analogia das horas de sobreaviso aos eletricitários ..	344	1.7.2.7. Outras novidades trazidas pela Lei nº 14.442/2022 .....	367
1.4.1. Sobreaviso e utilização de bip, pager ou aparelho celular .....	345	1.7.2.8. Teletrabalho durante a pandemia de coronavírus (MPs nº 1.046/2021 e 927/2020) e legislação de exceção.....	369
1.5. Tempo de espera do Motorista Profissional (ADI nº 5322) .....	346	1.7.3. Gerente bancário. Limitação da jornada .....	370
1.5.1. Jornada de trabalho do motorista profissional .....	348	1.7.4. Empregados que exercem atividade externa incompatível com a fixação de horário de trabalho. Ferroviário. ....	372
1.5.2. Tempo de espera do motorista .....	349	1.8. Turnos ininterruptos de revezamento. Fixação de jornada de trabalho mediante negociação coletiva .....	372
1.5.2.1. Tempo de espera do motorista antes da ADI 5322 .....	349	1.8.1. Turnos ininterruptos de revezamento. Elastecimento da jornada de trabalho via norma coletiva com eficácia retroativa .....	374
1.5.2.2. Tempo de espera do motorista depois da ADI 5322 ..	349	1.8.2. Turnos ininterruptos de revezamento. Alternância de horários: noturno e diurno .....	375
1.5.3. Períodos de descanso do motorista .....	350	1.8.3. Turnos ininterruptos de revezamento. Intervalos e descansos .....	376
1.5.3.1. Períodos de descanso do motorista <u>antes</u> da ADI .....	350	1.8.4. Turnos ininterruptos de revezamento. Trabalho noturno .....	377
1.5.3.2. Períodos de descanso do motorista depois da ADI ..	351	1.8.5. Turnos ininterruptos de revezamento. Horista .....	377
1.5.4. O que mudou com a ADI 5322? .....	352	1.8.6. Turnos ininterruptos de revezamento. Ferroviário .....	378
1.5.5. Monitoramento da geolocalização e exigência de exame toxicológico do motorista profissional.....	355	1.8.7. Turnos ininterruptos de revezamento. Petroleiros .....	378
1.6. Variação do registro de ponto. Limite de tolerância .....	355	1.9. Trabalho noturno.....	379
1.6.1. Variação do registro de ponto. Flexibilização .....	357	1.9.1. Hora noturna e adicional noturno ..	379
1.6.2. Limite de tolerância no intervalo intrajornada.....	357	1.9.2. Transferência do período noturno para o diurno.....	380
1.7. Empregados sem limitação de jornada.....	358	1.9.3. Prorrogação do horário noturno. Jornada 12x36 .....	380
1.7.1. Empregados que exercem atividade externa incompatível com a fixação de horário de trabalho. Tacógrafo... ..	358	1.9.4. Trabalho noturno dos petroleiros ...	382
1.7.2. Teletrabalho ou trabalho remoto....	360	1.9.5. Hora noturna dos portuários.....	383
1.7.2.1. Caracterização do teletrabalho.....	362	1.10. Compensação da Jornada .....	383
1.7.2.1.1. Caracterização do teletrabalho pela Reforma Trabalhista .....	362	1.10.1. Compensação na escala 12 por 36. Necessidade de acordo ou convenção coletiva .....	391
1.7.2.1.2. Caracterização do teletrabalho pela Lei nº 14.442/2022 .....	363	1.10.1.2. Regulamentação da Jornada 12x36.....	392
1.7.2.2. Solenidade para o teletrabalho .....	363	1.10.1.3. Jornada 12x36 na jurisprudência do TST.....	392
1.7.2.3. Alteração do regime presencial para teletrabalho.....	364	1.10.1.5. Prestação de horas extras habituais e descaracterização da jornada 12x36.....	394
1.7.2.4. Alteração do regime de teletrabalho para o presencial .....	365		
1.7.2.5. Responsabilidade pela aquisição de equipamentos			

1.10.1.6. Intervalo intrajornada em jornada 12 x 36.....	394	2.2.2. Atestado médico para evitar o desconto do DSR .....	427
1.10.1.7. Trabalho no DSR e feriados .....	395	2.2.2.1. Exigência de CID em atestados médicos .....	428
1.10.1.8. Trabalho noturno em jornada 12 x 36 .....	396	2.2.2.2. Efeitos jurídicos da alta médica concedida pelo INSS .	429
1.10.1.9. Jornada 12x36 em atividades insalubres.....	398	2.2.3. Trabalho no DSR sem que haja folga compensatória em outro dia .....	431
1.10.1.10. Jornada 12 x 36 na legislação do doméstico .....	398	2.2.3.1. Tema correlato -Trabalho no DSR e feriados.....	432
1.10.1.11. Questionamentos práticos da jornada 12x36 .....	398	2.2.3.2. Autorização para o trabalho em domingos e feriados em atividades em geral.....	433
1.10.1.12. Vantagens e desvantagens da Jornada 12x36.....	399	2.2.3.3. Autorização para o trabalho em domingos e feriados no comércio em geral .....	434
1.10.1.13. A jornada 12 x 36 como regra nas futuras contratações e os impactos malignos na sociedade.	400	2.2.3.4. Escala de revezamento quinzenal para empregadas mulheres (RE 1403904/SC)	434
1.10.1.14. Jornada 12x36 dos profissionais da saúde durante a pandemia de coronavírus (MP nº 1.046/2021 – vigência encerrada) ...	400	2.2.3.5. Autorização para trabalho aos domingos e aos feriados na MP nº 905/2019.....	435
1.10.2. Semana espanhola .....	401	2.2.4. Trabalho no DSR. Concessão após o sétimo dia consecutivo de trabalho	435
1.11. Jornada reduzida do telefonista .....	402	2.2.5. Remuneração do DSR.....	436
1.11.1. Jornada reduzida do telefonista. Inaplicável aos operadores de telex.....	402	2.2.5.1. Parcelas pagas mensalmente sem repercussão no valor do DSR .....	436
1.12. Duração do trabalho do jornalista em empresa não jornalística.....	403	2.2.5.2. Integração do adicional de horas extras no DSR e a alteração da OJ nº 394 da SDI-I do TST .....	437
1.13. Duração do trabalho do advogado empregado com dedicação exclusiva. Contratação ocorrida antes da Lei nº 8.906, de 04.07.1994...	403	2.2.5.3. Comissionistas e pagamento do descanso semanal remunerado .....	439
2. Períodos de descanso.....	404	2.2.5.4. Gorjetas e a repercussão no DSR .....	439
2.1. Introdução .....	404	2.2.6. DSR do professor .....	442
2.1.1. Intervalo intrajornada .....	405	2.2.7. Sábado do bancário. Não configura DSR .....	442
2.1.1.1. Intervalo não previsto em lei.....	409	2.3. Férias.....	442
2.1.1.2. Redução do intervalo intrajornada e outros aspectos relevantes ligados ao tema..	410	2.3.1. Duração das férias .....	442
2.1.1.3. Intervalo Maquinista Ferroviário .....	418	2.3.1.1. Duração das férias e acidente de trabalho .....	444
2.1.1.4. Limite de tolerância no intervalo intrajornada .....	420	2.3.1.2. Tema correlato: Tema nº 221 da Repercussão Geral do STF .....	445
2.1.1.5. Intervalos remunerados ...	421	2.3.2. Remuneração das férias.....	445
2.1.2. Inobservância ao intervalo interjornada .....	424	2.3.2.1. Remuneração das férias do tarefeiro .....	446
2.1.2.1. Intervalo interjornada e descanso semanal remunerado .....	425	2.3.3. Férias concedidas após o período concessivo .....	447
2.2. Descanso semanal remunerado e feriados (Lei nº 605/49) .....	426	2.3.3.1. Férias concedidas dentro do período concessivo sem	
2.2.1. Introdução .....	426		

o prévio pagamento (ADPF nº 501/SC).....	447
2.3.3.2. Férias concedidas após o período concessivo e o valor da dobra .....	449
2.3.4. Término do contrato de trabalho e pagamento das férias proporcionais ..	449
2.3.4.1. Férias do professor .....	451
2.3.5. Férias indenizadas e a incidência nos depósitos do FGTS.....	452
2.3.6. Férias individuais durante a pandemia de coronavírus (MPs nº 927/2020 e 1.046/2021 – vigência encerrada) e legislação de exceção	453
3. Quadro resumido .....	454
4. Súmulas do STF e STJ (relacionadas ao Capítulo V) .....	459
5. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo V) .....	460
6. Teses jurídicas prevalentes dos tribunais regionais do trabalho .....	469
7. Enunciados da reforma trabalhista .....	471
8. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo V).....	473

## CAPÍTULO VI

### REMUNERAÇÃO ..... 497

1. Salário e remuneração. Introdução .....	498
1.1. Gorjetas e a repercussão nas demais verbas trabalhistas.....	498
1.1.1. Regulamentação das gorjetas nos últimos anos .....	499
1.1.2. Alterações promovidas pela Lei nº 13.419/2017 .....	499
1.1.3. Revogação da regulamentação pela Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017).....	500
1.1.4. Tentativa de correção do erro pela MP nº 808/2017 (“Reforma da Reforma”)..	500
1.1.5. Nova tentativa de regulamentação das gorjetas pela MP nº 905/2019 (vigência encerrada) .....	500
1.2. Salário proporcional à jornada.....	501
1.2.1. Salário-mínimo proporcional do professor.....	503
1.2.1.1. Redução da carga horária do professor .....	505
1.3. Salário profissional .....	507
1.3.1. Salário profissional. Médicos e engenheiros.....	507
1.3.1.1. Salário profissional. Médicos e dentistas .....	508
1.3.2. Salário profissional. Radiologista ...	508
1.3.3. Salário profissional. Enfermagem....	509
1.3.3.1. Como ficou o piso salarial nacional da enfermagem?	510
1.3.3.2. Posição do STF em relação a outros pisos nacionais .....	511
1.4. Salário complessivo .....	511
1.5. Aumento salarial concedido pela empresa. Impossibilidade de compensação no ano seguinte .....	512
1.6. Salário-utilidade ou salário in natura. Percentuais.....	513
1.6.1. Salário-utilidade. Habitação. Energia elétrica. Veículo. Cigarro .....	514
1.6.2. Alimentação fornecida por força do contrato. Natureza salarial.....	516
1.6.3. Ajuda-alimentação prevista em norma coletiva. Natureza indenizatória .....	517
1.6.4. Ajuda-alimentação prevista na Lei nº 6.321/76. ....	518
Natureza indenizatória .....	518
1.6.4.1. Tema correlato – Programa de Alimentação do Trabalhador no Marco Regulatório Trabalhista Infralegal .....	520
1.6.5. Ajuda-alimentação e a possibilidade de alterar a natureza jurídica em razão de norma coletiva .....	520
1.7. Parcelas salariais. Introdução.....	521
1.7.1. Comissões e percentagens. Correção monetária .....	522
1.7.2. Comissionista e o pagamento do descanso semanal remunerado .....	523
1.7.3. Comissionista puro e o pagamento das horas extraordinárias .....	523
1.7.4. Comissionista misto e o pagamento das horas extraordinárias .....	525
1.7.5. Gratificações. Ajuste tácito.....	525
1.7.6. Gratificações pagas mensalmente e o descanso semanal remunerado .....	526
1.7.7. Gratificação por tempo de serviço. Reflexos .....	527
1.7.7.1. Gratificação por tempo de serviço. Princípio da norma mais favorável.....	528
1.7.8. Gratificação de função .....	529
1.7.9. Gratificação específica ao ferroviário (chefe de trem).....	532
1.7.10. Adicional de risco do portuário. Lei nº 4.860/65 .....	532
1.7.10.1. Adicional de risco portuário. Igualdade entre empregado com vínculo empregatício e trabalhador avulso.....	533

1.7.10.2. Vigia portuário. Terminal privativo.....	535	1.9.2.2. Adicional noturno e regime de revezamento .....	565
1.7.11. Adicional por tempo de serviço (quinquênio) .....	536	1.9.2.3. Vigia e adicional noturno .	565
1.7.12. Adicional regional (Petrobras).....	536	1.9.3. Adicional de transferência.....	566
1.7.13. Abono previsto em norma coletiva	537	1.9.3.1. Transferência e despesas de transporte .....	568
1.8. Gratificação natalina ou décimo terceiro salário. Introdução.....	537	1.9.4. Adicional de periculosidade .....	568
1.8.1. Horas extras e gratificação semestral. Reflexos no décimo terceiro salário .....	538	1.9.4.1. Eletricitários e o adicional de periculosidade .....	571
1.8.1.1 Tema correlato – Décimo terceiro salário no Marco Regulatório Trabalhista Infralegal	539	1.9.4.2. Operadores de bomba de gasolina .....	572
1.8.2. Faltas por acidente de trabalho e o cálculo do décimo terceiro salário .	540	1.9.4.3. Permanência a bordo de aeronaves.....	573
1.8.3. Décimo terceiro salário proporcional e pedido de demissão.....	541	1.9.4.4. Instaladores de linhas e aparelhos de telefonia e o adicional de periculosidade ..	575
1.8.4. Décimo terceiro salário proporcional e término do contrato por culpa recíproca .....	541	1.9.4.5. Sistema elétrico de potência .....	575
1.8.5. Décimo terceiro para efeito de indenização .....	542	1.9.4.6. Substâncias radioativas ....	576
1.8.6. Décimo terceiro e indenização adicional.....	542	1.9.4.7. Líquido inflamável em construção vertical .....	577
1.8.7. Décimo terceiro e a cessão de servidor público.....	543	1.9.4.8. Adicional de periculosidade para o Agente de Apoio Socioeducativo da Fundação Casa .....	578
1.9. Adicionais salariais. Introdução .....	543	1.9.4.9. Perícia. Profissional qualificado .....	579
1.9.1. Adicional de hora extra.....	543	1.9.4.10. Adicional noturno e o adicional de periculosidade...	581
1.9.1.1. Adicional de hora extra. Globalidade salarial.....	544	1.9.4.11. Cumulação dos adicionais de periculosidade e de insalubridade.....	581
1.9.1.2. Integração do adicional de horas extraordinárias.....	549	1.9.4.12. Cumulação do adicional de periculosidade do carteiro motorizado com o adicional de atividade de distribuição e/ou coleta externa (AADC) da ECT.....	583
1.9.1.3. Supressão do adicional de horas extraordinárias.....	554	1.9.4.13. Flexibilização do adicional de periculosidade .....	585
1.9.1.4. Cálculo das horas extras. Jornada de 40 horas semanais .....	555	1.9.4.14. Condenação ao pagamento do adicional de periculosidade .....	587
1.9.1.5. Adicional de horas extraordinárias do professor .....	559	1.9.4.15. Adicional de periculosidade e equipamentos móveis de Raios X .....	587
1.9.1.6. Horas extraordinárias do marítimo.....	561	1.9.4.16. Petrobras e o adicional de periculosidade .....	588
1.9.1.7. Critério de dedução/abatimento dos valores relativos às horas extras comprovadamente pagos no curso do contrato de trabalho .....	561	1.9.5. Adicional de insalubridade .....	588
1.9.1.8. Horas extraordinárias e comprovação de parte do período alegado.....	562	1.9.5.1. Base de cálculo do adicional de insalubridade .....	593
1.9.2. Adicional noturno.....	562	1.9.5.2. Adicional de insalubridade e a realização de perícia .....	596
1.9.2.1. Adicional noturno e adicional de periculosidade .....	565		

1.9.5.3. Classificação da atividade insalubre e a relação oficial do Ministério do Trabalho	597	3. Garantias de proteção ao salário	638
1.9.5.4. Atividade intermitente e o adicional de insalubridade	603	3.1. Irredutibilidade salarial	639
1.9.5.5. Fornecimento de aparelho de proteção e o recebimento do adicional de insalubridade	603	3.1.1. Redução proporcional dos salários e de jornada durante a pandemia de coronavírus (Lei nº 14.020/2020 e MP 1.045/2021) e legislação de exceção	640
1.9.5.6. Substituição processual para pleitear o adicional de insalubridade	604	3.2. Descontos salariais. Prévia autorização do empregado	642
1.9.5.7. Causa de pedir. Agente nocivo diverso do apontado na inicial	605	3.2.1. Desconto no salário por dano causado pelo empregado. Frentista	643
1.10. Parcelas sem natureza salarial (parcelas indenizatórias)	605	3.2.2. Pagamento na primeira audiência judicial e a multa do art. 467 da CLT	643
1.10.1. Participação nos lucros e resultados – PLR	606	3.2.3. Massa falida e a multa do art. 467 da CLT	645
1.10.2. Diárias para viagem	607	3.2.4. Inadimplemento de Verbas Trabalhistas. Frutos. Posse de má-fé	646
1.10.3. Vale-transporte aos servidores públicos celetistas	608	4. Reajustes salariais	646
1.10.3.1. Tema correlato – Vale-transporte no Marco Regulatório Trabalhista Infralegal	610	4.1. Reajustes salariais previstos em norma coletiva. Política salarial	646
1.10.4. Salário-família	611	4.2. Diferenças salariais decorrentes de planos econômicos	647
1.10.4.1. Salário-família. Termo inicial da obrigação	612	4.3. Reajustes decorrentes do Plano Collor. Inexistência de direito adquirido	648
1.10.5. Seguro-desemprego	612	4.4. Conversão de salários de cruzeiros para cruzados	648
2. Equiparação salarial	619	4.5. Reajuste do adiantamento salarial. Lei nº 7.686/88. Salário de abril e maio de 1988..	648
2.1. Introdução	619	4.6. Remuneração dos empregados públicos	649
2.1.1. Multa por conduta discriminatória	620	4.6.1. Reajuste automático (gatilho) dos empregados públicos	649
2.2. Equiparação salarial. Art. 461 da CLT	622	4.6.2. Teto remuneratório dos empregados públicos	649
2.3. Plano de cargos e salários aprovado por instrumento coletivo. Ausência de alternância de critérios de promoção por antiguidade e merecimento	630	4.6.2.1. Limites à remuneração mensal dos servidores e empregados públicos	649
2.4. Equiparação salarial na Administração Pública	631	4.6.3. Salário-mínimo dos empregados públicos	650
2.5. Salário-substituição	631	4.6.4. Reajustes salariais dos entes públicos previstos em legislação federal	651
2.6. Equiparação salarial entre auxiliar de enfermagem e atendente de enfermagem	632	4.7. Aplicação da legislação eleitoral aos empregados públicos	651
2.7. Equiparação salarial do empregado que exerce as funções de auxiliar de laboratório	634	5. Efeitos financeiros da Anistia. Emenda constitucional nº 26/1985	651
2.8. Descumprimento pelo próprio empregador do quadro de pessoal organizado em carreira. Enquadramento ou reclassificação	634	5.1. Anistia. Art. 8º, § 1º, do ADCT	651
2.8.1. Descumprimento pelo próprio empregador do quadro de carreira. Desvio de função	635	6. Quadro resumido	653
2.9. Equiparação salarial na terceirização	636	7. Súmulas do STF e STJ (relacionadas ao Capítulo VI)	662
2.9.1. Regulamentação anterior pela OJ nº 383 da SDI-I do TST	636	8. Súmulas dos tribunais regionais do trabalho (relacionadas ao Capítulo VI)	663
2.9.2. Tema nº 383 de repercussão geral do STF	638	9. Teses jurídicas prevalecentes dos tribunais regionais do trabalho	669

10. Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas e Incidentes de Assunção de Competência dos Tribunais Regionais do Trabalho .....	670	6.9 Tema correlato: afastamento de gestantes durante a pandemia de COVID-19 (Lei nº 14.151/2021, alterada pela Lei 14.311/2022) .....	732
11. Enunciados da reforma trabalhista .....	671	<b>6.10 Tema correlato: Programa Emprega + Mulheres (Lei nº 14.457/2022).....</b>	<b>733</b>
12. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo VI)..	673	<b>7. Empregado representante da CIPA .....</b>	<b>735</b>
<b>CAPÍTULO VII</b>		<b>7.1 Tema correlato: Das medidas de prevenção e de combate ao assédio sexual e a outras formas de violência no âmbito do trabalho....</b>	<b>737</b>
<b>ESTABILIDADE E GARANTIAS PROVISÓRIAS DE EMPREGO .....</b>		<b>8. Estabilidade provisória em razão de acidente de trabalho sofrido pelo empregado .....</b>	<b>738</b>
1. Introdução.....	701	<b>8.1. Requisitos previstos em instrumento coletivo para aquisição da estabilidade decorrente de acidente do trabalho .....</b>	<b>743</b>
2. Proibição da dispensa arbitrária e Julgamento do stf sobre a convenção 158 da oit.....	704	<b>8.2 Responsabilidade civil objetiva decorrente de acidentes do trabalho .....</b>	<b>744</b>
2.1 Causa justificada e justa causa .....	704	<b>8.2.1. Responsabilidade civil no ordenamento jurídico brasileiro.....</b>	<b>744</b>
2.2 Procedimento prévio ao término do contrato de trabalho.....	705	<b>8.2.2. Responsabilidade civil nos acidentes de trabalho.....</b>	<b>745</b>
2.3 Julgamento das ADI 1625 e ADC 39 .....	706	<b>8.2.2.1. Acidente de trabalho.....</b>	<b>745</b>
<b>3. Pedido de reintegração quando o período de estabilidade já tiver terminado .....</b>	<b>706</b>	<b>8.2.2.2. Comunicação de acidente do trabalho – CAT .....</b>	<b>747</b>
<b>4. Estabilidade por tempo de serviço .....</b>	<b>708</b>	<b>8.2.2.3 Nexo de causalidade.....</b>	<b>748</b>
<b>4.1. Estabilidade por tempo de serviço e estabilidade prevista em instrumento coletivo. Compatibilidade .....</b>	<b>708</b>	<b>8.2.2.4 Responsabilidade civil subjetiva e objetiva do empregador.....</b>	<b>749</b>
<b>5. Características e requisitos da estabilidade do dirigente sindical.....</b>	<b>709</b>	<b>8.3. Tema correlato: Trabalhador autônomo e acidente de trabalho .....</b>	<b>751</b>
<b>5.1. Requisito para a dispensa do dirigente sindical. Inquérito para apuração de falta grave.....</b>	<b>713</b>	<b>8.4. Tema correlato: Estabilidade provisória no acidente de trabalho para trabalhadores temporários.....</b>	<b>752</b>
<b>5.2. Decisão que converte a reintegração em indenização .....</b>	<b>715</b>	<b>9. Empregados eleitos diretores de sociedades cooperativas .....</b>	<b>752</b>
<b>5.3. Estabilidade dos membros do conselho fiscal .....</b>	<b>715</b>	<b>10. Estabilidade do empregado público.....</b>	<b>753</b>
<b>5.4. Estabilidade dos delegados sindicais .....</b>	<b>716</b>	<b>10.1. Estabilidade prevista no art. 19 do ADCT. Servidor público de fundação regido pela CLT</b>	<b>754</b>
<b>6. Garantia provisória de emprego da gestante.....</b>	<b>716</b>	<b>11. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST específicas sobre estabilidade .....</b>	<b>755</b>
<b>6.1 Posicionamento da 4ª Turma do TST: fim da estabilidade em contratos por prazo determinado? .....</b>	<b>723</b>	<b>11.1. Estabilidade dos empregados do BANDEPE .....</b>	<b>755</b>
<b>6.2 Exigência de certidão de nascimento do filho .....</b>	<b>723</b>	<b>11.2. Estabilidade dos empregados da CONAB...</b>	<b>755</b>
<b>6.3 Ausência de estabilidade da trabalhadora temporária.....</b>	<b>723</b>	<b>12. Quadro resumido .....</b>	<b>756</b>
<b>6.4 Estabilidade da gestante no serviço público .....</b>	<b>724</b>	<b>13. Súmulas do STF e STJ (relacionadas ao Capítulo VII) .....</b>	<b>758</b>
<b>6.5. A empregada que sofreu aborto espontâneo tem direito à estabilidade provisória no emprego?.....</b>	<b>726</b>	<b>14. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo VII) .....</b>	<b>759</b>
<b>6.6 Empregada detentora de garantia de emprego que ajuíza ação após o término do período de garantia no emprego.....</b>	<b>727</b>	<b>15. Teses jurídicas prevaletentes dos tribunais regionais do trabalho .....</b>	<b>761</b>
<b>6.7. Salário-maternidade após CF/88.....</b>	<b>728</b>	<b>16. Enunciados da 2ª jornada de direito material e processual do trabalho .....</b>	<b>762</b>
<b>6.8. Tema correlato: ADI nº 6327/DF: Define como termo inicial da licença-maternidade e do respectivo salário-maternidade a alta hospitalar do recém-nascido e/ou de sua mãe, o que ocorrer por último.....</b>	<b>731</b>	<b>17. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo VII) .....</b>	<b>763</b>

## CAPÍTULO VIII

**FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO – FGTS ..... 777**

1. Introdução.....	777
2. Incidência do FGTS .....	780
2.1. Incidência do FGTS no aviso-prévio .....	781
3. Parcelas sem incidência do FGTS .....	781
4. Hipóteses de saque dos depósitos.....	782
4.1. Indenização de 40% do FGTS e contrato por prazo determinado .....	785
4.2. Indenização de 40% do FGTS e diferença decorrentes dos expurgos inflacionários ....	786
5. Contrato nulo e os depósitos do FGTS .....	787
6. Prescrição para requerer os depósitos do FGTS e o posicionamento do stf .....	790
6.1. Modulação dos efeitos da decisão e regra intertemporal.....	791
6.2. Argumentos contrários à decisão do STF (13/11/2014) .....	792
6.3. Argumentos favoráveis à decisão do STF ...	793
6.4. Conclusões .....	793
7. Índice de correção do FGTS decorrente de condenação judicial .....	794
8. Quadro resumido .....	795
9. Súmulas dos tribunais regionais do trabalho.....	796
10. Súmulas do STF e STJ (relacionadas ao Capítulo VIII).....	797
11. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo VIII) ..	798

## CAPÍTULO IX

**AVISO-PRÉVIO E TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO ..... 801**

1. Aviso-prévio.....	801
1.1. Introdução .....	801
1.2. Proporcionalidade do aviso-prévio.....	802
1.3. Aviso-prévio e a contagem do prazo .....	804
1.4. Aviso-prévio. Direito irrenunciável.....	804
1.5. Aviso-prévio e a garantia provisória de emprego .....	805
1.5.1. Indenização adicional da Lei 7.238/84 e a garantia provisória de emprego .	806
1.6. Aviso-prévio e redução da jornada.....	806
1.7. Aviso-prévio no contrato por prazo determinado .....	807
1.8. Aviso-prévio e o fechamento da empresa .	808
1.9. Aviso-prévio indenizado e a sua projeção no contrato de trabalho.....	809
1.9.1. Aviso-prévio indenizado e a contagem do prazo prescricional .....	811
1.9.2. Aviso-prévio indenizado e a incidência do FGTS .....	811

1.10. Efeitos da projeção do aviso-prévio. Aspectos econômicos .....	812
1.11. Aviso-prévio e a constatação de culpa recíproca .....	813
1.12. Aviso-prévio cumprido em casa .....	813
1.13. Falta grave no curso do aviso-prévio .....	814
1.14. Concessão do aviso-prévio nos 30 dias que antecedem o reajuste salarial (Lei nº 7.238/84)	815
2. Término do contrato de trabalho .....	815
2.1. Introdução .....	815
2.1.1. Dispensa de trabalhadores em tempos de crise (pandemia de COVID-19)...	819
2.1.1.1. Dispensa individual de trabalhadores em tempos de crise (pandemia de COVID-19)..	819
2.1.1.2. Dispensa em massa de trabalhadores em tempos de crise (pandemia de COVID-19)..	819
2.1.1.3. Dispensa por força maior em tempos de crise (pandemia de COVID-19) .....	820
2.1.1.4. Dispensa por fato do príncipe em tempos de crise (pandemia de COVID-19)..	820
2.1.1.5. Parcelamento das verbas rescisórias em tempos de crise (pandemia de COVID-19)..	821
2.1.2. “Outplacement” no término do contrato de trabalho.....	821
2.2. Pedido de demissão e direito às férias proporcionais .....	822
2.3. Dispensa discriminatória. Portador de doença grave .....	824
2.3.1. Da indenização dobrada pela dispensa discriminatória.....	825
2.3.1.1. Natureza jurídica da indenização dobrada .....	826
2.3.1.2. Possibilidade de cumulação com indenização por dano moral (não configuração de bis in idem).....	826
2.3.1.3. Marco temporal final da indenização dobrada .....	826
2.3.1.4. ADPF 648 e a constitucionalidade da Súmula nº 443 do TST .....	827
2.3.2. Tema correlato – Exigência de carteira de vacinação e dispensa dos empregados .....	827
2.5. Aposentadoria espontânea como causa de extinção do contrato .....	829
2.6. Dispensa do empregado público .....	829
2.7. Readmissão .....	831

2.8. Atraso no pagamento dos salários. Pagamento em audiência .....	832	6. Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas e Incidentes de Assunção de Competência dos Tribunais Regionais do Trabalho .....	860
2.9. Descumprimento do prazo para o pagamento das verbas rescisórias e a incidência da multa do art. 477 da CLT .....	833	7. enunciados da reforma trabalhista .....	861
2.10. Incidência da multa do art. 477, § 8º, CLT no reconhecimento judicial da relação de emprego.....	836	8. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo IX) ....	862
2.10.1. Multa do art. 477, § 8º, CLT .....	837	<b>CAPÍTULO X</b>	
2.10.2. Reconhecimento judicial do vínculo de emprego.....	838	<b>PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA..... 877</b>	
2.10.3. Questões controvertidas acerca da multa do art. 477 da CLT .....	839	1. PRESCRIÇÃO .....	877
2.11. Término das atividades empresariais e o pagamento de salário .....	839	1.1. Introdução .....	877
2.12. O término do contrato por culpa recíproca e o pagamento das verbas rescisórias .....	840	1.2. Prazos prescricionais.....	879
2.13. Contrato nulo e o pagamento das verbas rescisórias .....	840	1.2.1. Aviso-prévio indenizado e a contagem do prazo prescricional .....	879
2.14. Homologação das verbas trabalhistas e a quitação .....	843	1.2.2. Prescrição quinquenal .....	879
2.14.1. Extinção da homologação das verbas trabalhistas.....	843	1.3. Prescrição total .....	880
2.14.2. Homologação de acordo extrajudicial .....	844	1.3.1. Alteração ou supressão da comissão .....	881
2.14.3. Forma de pagamento das verbas rescisórias .....	845	1.3.2. Incorporação do adicional de hora extra .....	882
2.14.4. Prazo para cumprimento das obrigações decorrentes da extinção do contrato de trabalho.....	846	1.3.3. Horas extras pré-contratadas e suprimidas .....	882
2.14.5. Fim da assistência na rescisão contratual.....	847	1.3.4. Desvio de função e enquadramento .....	884
2.14.6. Multa do art. 477, § 8º, CLT.....	847	1.3.5. Complementação dos proventos de aposentadoria nunca pagos pelo empregador .....	885
2.14.6.1. Parcelamento das verbas rescisórias e multa do art. 477, § 8º, da CLT.....	847	1.3.6. Planos econômicos .....	887
2.14.7. Saque do FGTS e requerimento do seguro-desemprego .....	848	1.3.7. Substituição de avanços trienais por quinquênios .....	888
2.14.8. Recibo de quitação das verbas trabalhistas e eficácia liberatória.....	848	1.3.8. Supressão de parcelas de lei estadual, municipal e de legislação federal de efeitos concretos .....	888
2.14.9. Tema correlato: Carta de recomendação do ex-empregado .....	849	1.4. Prescrição parcial.....	889
2.14.10..... Quitação anual de obrigações trabalhistas ....	850	1.4.1. Equiparação salarial .....	889
2.15. Compensação. Dívidas de natureza trabalhista .....	852	1.4.2. Descumprimento de critérios de promoção em plano de cargos e salário .....	889
2.16. Indenização em virtude da dispensa sem justa causa. Constitucionalidade do art. 31 da Lei 8.880/94 .....	853	1.4.3. Pedido de diferenças de complementação de aposentadoria .....	891
3. Quadro resumido .....	854	1.4.4. Gratificação semestral .....	891
4. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo IX) .....	856	1.5. Ação rescisória ajuizada em razão do prazo prescricional.....	891
5. Teses jurídicas prevalentes dos tribunais regionais do trabalho .....	859	1.6. Causas que interferem na contagem do prazo .....	893
		1.6.1. Introdução .....	893
		1.6.1.1. Prazos prescricionais durante a pandemia de COVID-19 e legislação de exceção .....	894
		1.6.2. Suspensão do prazo prescricional em virtude do auxílio por incapacidade temporária .....	895

1.6.3. Ajuizamento da reclamação trabalhista como causa de interrupção do prazo prescricional .....	895	1.17. Legitimidade para arguir de prescrição em favor de entidade de direito público .....	918
1.6.4. Aplicação do protesto judicial ao processo do trabalho. Causa de interrupção do prazo .....	896	2. Decadência.....	919
1.7. Prescrição do empregado rural .....	897	2.1. Introdução.....	919
1.8. Aplicação da prescrição intercorrente no processo do trabalho .....	898	2.2. Inquérito para apuração de falta grave.....	919
1.8.1. Conceito de prescrição intercorrente.....	898	3. Quadro resumido .....	921
1.8.2. Posicionamento dos tribunais antes da Lei .....	899	4. Súmulas do STF e STJ (relacionadas ao Capítulo X).....	923
1.8.3. Prazo de 2 anos.....	900	5. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo X).....	924
1.8.4. Procedimento de aplicação da prescrição intercorrente e suspensão da execução.....	901	6. Teses jurídicas prevalentes dos tribunais regionais do trabalho .....	925
1.8.4.1. Quando não diz respeito à localização do devedor ou de bens penhoráveis.....	901	8. Enunciados da reforma trabalhista .....	926
1.8.4.2. Quando o devedor não é localizado ou não há bens penhoráveis.....	902	9. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo X)...	927
1.8.5. Requerimento e declaração ex officio da prescrição intercorrente.....	903		
1.8.6. Execução Fiscal.....	904		
1.8.7. Direito intertemporal .....	905		
1.9. Momento da declaração da prescrição .....	905		
1.9.1. Prescrição intercorrente declarada na instância extraordinária .....	906		
1.10. Readmissão e a prescrição de períodos descontínuos de trabalho .....	909		
1.11. Prescrição para requerer os depósitos do FGTS e o posicionamento do STF .....	910		
1.11.1. Modulação dos efeitos da decisão e regra intertemporal.....	910		
1.11.2. Argumentos contrários à decisão do STF (13/11/2014) .....	911		
1.11.3. Argumentos favoráveis à decisão do STF .....	913		
1.11.4. Conclusões .....	913		
1.12. Prescrição em razão dos expurgos inflacionários. Diferenças da multa de 40% do FGTS	914		
1.13. Início da contagem do prazo prescricional para ajuizar a ação de cumprimento .....	915		
1.14. A mudança de regime celetista para estatutário e a prescrição .....	916		
1.14.1. Supressão das vantagens estatutárias. Opção pelo regime trabalhista .....	917		
1.15. Início da contagem do prazo prescricional para complementação da pensão e do auxílio-funeral .....	917		
1.16. Marco inicial. Ação condenatória .....	917		

## CAPÍTULO XI

### DIREITO COLETIVO DO TRABALHO .... 935

1. Introdução.....	935
1.1. Prevalência do negociado sobre o legislado (Reforma Trabalhista) .....	935
1.1.1. Tema 1.046 da Repercussão Geral: prevalência do negociado sobre o legislado.....	938
1.1.2. Rol exemplificativo de valorização do negociado (Reforma Trabalhista) ....	940
1.2. Princípio da contrapartida e garantia provisória na hipótese de redução salarial (Reforma Trabalhista).....	940
1.2.1. Anulação de cláusula compensatória em instrumento coletivo .....	942
1.3. Limites ao negociado (Reforma Trabalhista e Tema 1046 da repercussão geral do STF) ...	943
1.3.1. Rol taxativo de limitação à negociação coletiva .....	949
1.3.2. Negociação coletiva na pandemia (Lei nº 14.020/2020 e MP nº 1.045/2021) e legislação de exceção .....	950
2. Poder normativo da Justiça do Trabalho diante das decisões do STF .....	951
2.1. Poder Judiciário e controle dos instrumentos coletivos de trabalho .....	952
3. Período de vigência da sentença normativa e das convenções e acordos coletivos .....	953
3.1. Introdução .....	953
3.2. Ultratividade das normas coletivas de trabalho (ADPF 323/DF) .....	955
3.2.1. Antes da alteração da Súmula nº 277 do TST .....	955
3.2.2. Após a alteração da Súmula nº 277 do TST .....	956
3.2.3. Liminar do STF (APDF 323/DF).....	958

3.2.4. Alteração promovida pela Reforma Trabalhista.....	958	2. Cláusulas abusivas ou ilegais.....	1006
3.2.5. Decisão final do STF (APDF 323/DF).....	959	2.1. Cláusula que estabelece taxa de homologação de rescisão contratual – ilegalidade.....	1006
3.3. Sentença normativa.....	959	2.2. Inconstitucionalidade na cobrança de contribuições para entidades sindicais aos não sindicalizados.....	1008
3.4. Tema correlato: Negociação coletiva e “lay off”.....	960	2.2.1. Contribuição sindical.....	1009
4. Dispensa em massa (Tema 638 da repercussão geral).....	962	2.2.1.1. Regulamentação anterior à Reforma Trabalhista: tributo.....	1009
5. Abrangência da norma coletiva para a categoria diferenciada.....	966	2.2.1.2. Regulamentação da contribuição sindical após a Reforma Trabalhista: como ficou?.....	1009
6. Cobrança da multa convencional.....	967	2.2.1.3. Empregados sindicalizados – como fica?.....	1012
6.1. Multa.....	968	2.2.1.4. Procedimento ligado à contribuição sindical que permanece após a Reforma Trabalhista.....	1012
6.1.1. Multa por descumprimento do acordado em trabalho intermitente (Reforma Trabalhista).....	969	2.2.1.5. Decisão do STF sobre a constitucionalidade da atual regulamentação da contribuição sindical.....	1013
7. Contribuição sindical.....	970	2.2.1.6. Aspectos processuais.....	1014
7.1. Contribuição sindical rural.....	970	2.2.1.7. Autorização por meio de assembleia geral e o Enunciado nº 24 da CCR do MPT.....	1014
7.2. Regulamentação da contribuição sindical anterior à Reforma Trabalhista: tributo.....	971	2.2.2. Contribuição confederativa.....	1015
7.3. Regulamentação da contribuição sindical após a Reforma Trabalhista: como ficou?....	972	2.2.3. Contribuição assistencial (Tema 935 da repercussão geral).....	1016
7.4. Procedimento ligado à contribuição sindical que permanece após a Reforma Trabalhista.....	974	2.2.4. Mensalidade sindical.....	1019
7.5. Decisão do STF sobre a constitucionalidade da atual regulamentação da contribuição sindical.....	975	2.3. Proibição de cláusula que privilegia a contratação de trabalhador sindicalizado sobre os demais – admissão preferencial... ..	1019
7.5.1. Aspectos processuais.....	976	3. Quadro resumido das OJS da SDC.....	1021
7.5.2. Autorização por meio de assembleia geral e o Enunciado nº 24 da CCR do MPT.....	976	4. Súmulas dos tribunais regionais do trabalho.....	1022
8. Contribuição assistencial ou taxa de reversão (Tema 935 da repercussão geral).....	977	5. Teses jurídicas prevalentes dos tribunais regionais do trabalho.....	1023
9. Quadro resumido.....	980	6. Informativos do TST.....	1024
10. Súmula dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo XI).....	981	II – Negociação coletiva.....	1027
11. Enunciados da reforma trabalhista.....	982	1. Aspectos formais – Assembleia Geral.....	1027
12. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo XI).....	985	1.1. Edital de convocação da Assembleia Geral – publicidade e observância do prazo mínimo entre a publicação e a realização da assembleia.....	1027
<b>CAPÍTULO XII</b>		2. Dissídio coletivo em face de pessoa jurídica de Direito Público.....	1028
<b>ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DA SDC..... 1003</b>		2.1. Limites e possibilidade da negociação coletiva no setor público.....	1029
Introdução. Julgamento na SDC.....	1003	3. Limitação ao desconto realizado no salário do trabalhador via negociação coletiva.....	1030
I – Organização sindical brasileira.....	1003	4. Limitação do salário normativo. Contrato de experiência e empregado com menos de 18 anos de idade.....	1031
1. Categoria profissional diferenciada.....	1003		
1.1. Enquadramento sindical – reconhecimento de categoria diferenciada – impossibilidade de ajuizamento de dissídio coletivo.....	1003		
1.2. Impossibilidade de reconhecimento por decisão judicial de categoria profissional diferenciada.....	1004		

4.1. Tema correlato: igualdade salarial entre homens e mulheres (Lei nº 14.611/2023).....	1033
5. Estabilidade e limites à negociação coletiva .....	1035
5.1. Estabilidade da gestante .....	1035
5.2. Estabilidade do acidentado .....	1037
6. Quadro resumido das OJS da SDC.....	1039
7. Informativos do TST .....	1040
III – GREVE .....	1046
1. Greve abusiva – impossibilidade de estabelecer vantagens a seus participantes .....	1046
1.1. Greve sem representatividade sindical .....	1047
2. Greve – Imprescindibilidade de tentativa negocial prévia.....	1049
3. Necessidade de garantia das necessidades inadiáveis da população – greve em serviços essenciais .....	1049
4. Greve no serviço público.....	1051
4.1. Greve de policiais civis .....	1054
4.1.1. Tema correlato – Mediação de conflitos coletivos de trabalho .....	1055
5. Quadro resumido das OJS da SDC.....	1057
6. Informativos do TST .....	1058

## ● PARTE II

# DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

## CAPÍTULO I

### PRINCÍPIOS..... 1067

1. Introdução.....	1067
2. Princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias.....	1067
3. Princípio da extrapetição .....	1072
4. Princípio do contraditório .....	1073
5. Quadro resumido .....	1075

## CAPÍTULO II

### COMPETÊNCIA..... 1077

1. Introdução .....	1077
2. Imunidade de Jurisdição. Organização ou organismo internacional .....	1078
3. Competência em razão da matéria .....	1080
3.1. Indenização por danos morais .....	1080
3.2. Direito de greve .....	1084
3.3. Cadastramento do PIS.....	1088
3.4. Seguro-desemprego.....	1089
3.5. Representantes Comerciais.....	1092
3.6. Contribuições previdenciárias.....	1092

3.7. Contribuições previdenciárias decorrentes de títulos <b>judiciais</b> anteriores à EC nº 20/98 ....	1102
3.8. Competência para execução da contribuição social referente ao seguro de acidente de trabalho (SAT).....	1103
3.9. Complementação de pensão requerida por viúva de ex-empregado.....	1105
3.10. Competência para processar e julgar ação trabalhista contra empregador objetivando o pagamento de diferenças salariais e dos respectivos reflexos nas contribuições devidas à entidade previdenciária.....	1107
3.11. Quadro de carreira .....	1108
3.12. Competência residual. Superveniência de regime jurídico único .....	1108
3.13. Fase pré-contratual de seleção e de admissão de pessoal e eventual nulidade do certame em face da Administração Pública .....	1110
3.14. Recolhimento e repasse de contribuição sindical de servidores públicos estatutários....	1111
3.15. Competência para servidor celetista pleitear verbas administrativas .....	1112
4. Competência funcional.....	1112
4.1. Ação anulatória .....	1112
4.2. Tutela antecipada .....	1114
5. Competência territorial-funcional (ACP) .....	1115
6. Conflito de competência .....	1121
6.1. Tribunal Regional do Trabalho e Vara do Trabalho de idêntica região .....	1122
6.2. Incompetência territorial.....	1122
7. Quadro resumido .....	1125
8. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo II).....	1127
9. Incidentes de <b>resolução</b> de demandas repetitivas (IRDRS) e incidentes de assunção de competência (IACS) dos tribunais regionais do trabalho .....	1131
10. Súmula do STF (Relacionada ao capítulo II).....	1132
11. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo II) .....	1133

## CAPÍTULO III

### MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO..... 1147

1. Introdução.....	1147
2. Legitimidade do Ministério Público do Trabalho 1148	
2.1. Legitimidade para ajuizar ação rescisória ..	1148
2.2. Legitimidade para arguir prescrição em favor de entidade de direito público .....	1149
2.3. Legitimidade para recorrer .....	1150
2.3.1. Ilegitimidade para recorrer na defesa de interesse patrimonial privado ....	1150
2.4. Legitimidade para arguir em parecer nulidade da contratação não suscitada na defesa.....	1152

3. Ação civil pública. Competência .....	1153	3.7. Substabelecimento. Reconhecimento de firma.....	1190
4. Quadro resumido .....	1159	3.8. Mandato. Atos urgentes. Fase recursal.....	1191
5. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo III).....	1160	3.9. Mandato. Pessoa jurídica de direito públi- co .....	1194
6. Teses jurídicas prevalentes dos tribunais regionais do trabalho .....	1161	3.10. Representação irregular. Autarquia .....	1195
7. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo III).....	1162	3.11. Contrato social. Desnecessária a juntada....	1198

#### CAPÍTULO IV

### AÇÃO. CONDIÇÕES DA AÇÃO ..... 1165

1. Introdução .....	1165	4. Advogado .....	1201
2. Legitimidade.....	1166	4.1. Atuação fora da seção da OAB em que o advogado está inscrito.....	1201
2.1. Substituição processual .....	1166	4.2. Honorários advocatícios .....	1202
2.1.1. Ação de cumprimento .....	1168	4.2.1. Cabimento .....	1202
2.1.2. Sindicato como substituto processual para pleitear diferença de adicional de insalubridade .....	1169	4.2.1.1. Depois da Constituição Fe- deral de 1988 (art. 133).....	1202
2.1.3. Interrupção da prescrição .....	1170	4.2.1.2. Hipóteses de cabimento... ..	1203
3. Impossibilidade jurídica do pedido.....	1171	4.2.1.3. Ação de indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho ajuizada na Justiça Comum antes da EC nº 45/04 .....	1223
3.1. Ação rescisória de decisão que extingue o processo sem resolução do mérito por aco- lhimento da exceção de coisa julgada .....	1171	4.2.2. Base de cálculo.....	1224
3.2. Ação rescisória de decisão que conclui estar preclusa a oportunidade de impugnação da sentença de homologação.....	1173	5. Honorários periciais.....	1225
4. Interesse de agir .....	1174	5.1. Assistente técnico.....	1225
4.1. Ação individual quando o direito já foi reco- nhecido em decisão normativa .....	1174	5.2. Atualização monetária .....	1226
5. Quadro resumido .....	1176	5.3. Depósito prévio. Mandado de segurança ..	1227
6. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo IV) .....	1177	5.4. Honorários periciais. Beneficiário da justiça gratuita.....	1228
7. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo IV)..	1179	6. Justiça gratuita.....	1230

#### CAPÍTULO V

### PARTES E PROCURADORES ..... 1181

1. Introdução.....	1181	7. Litisconsórcio.....	1238
2. Capacidade postulatória – jus postulandi.....	1181	7.1. Procuradores distintos. Prazo .....	1238
3. Representação.....	1183	7.2. Ação rescisória.....	1239
3.1. Mandato tácito. Substabelecimento inváli- do.....	1183	7.3. Custas processuais.....	1242
3.2. Mandato tácito. Agravo de instrumento.....	1185	7.4. Litisconsórcio na terceirização.....	1243
3.3. Representação irregular. Procuração outor- gada para o ajuizamento de reclamação trabalhista não alcança a ação rescisória e o mandado de segurança.....	1186	8. Intervenção de terceiros.....	1247
3.4. Agravo de instrumento e recurso de revista interpostos por procurador com poderes limitados ao âmbito do TRT.....	1187	8.1. Assistência.....	1247
3.5. Mandato e substabelecimento. Condições de validade.....	1188	9. Quadro resumido .....	1250
3.6. Substabelecimento não datado .....	1190	10. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao capítulo v) .....	1253
		11. Teses jurídicas prevalentes dos Tribunais Regio- nais do Trabalho (relacionadAs ao capítulo V) ....	1256
		12. Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDRs) e Incidentes de Assunção de Competência (IACs) dos Tribunais Regionais do Trabalho .....	1257
		13. Informativos do TST (relacionados ao capítulo V).....	1259

**CAPÍTULO VI****ATOS PROCESSUAIS..... 1269**

1. Introdução.....	1269
2. Notificação .....	1271
2.1. Presunção de recebimento .....	1271
2.2. Pluralidade de advogados. Publicação em nome de advogado diverso daquele expressamente indicado .....	1272
3. Prazos processuais .....	1274
3.1. Intimação ou publicação ocorrida na sexta-feira. Início da contagem do prazo .....	1274
3.2. Intimação em sábado. Recesso forense e férias coletivas dos ministros do TST.....	1275
3.3. Litisconsórcio. Procuradores distintos.....	1279
3.4. Prazos recursais.....	1280
3.4.1. Feriado local. Ausência de expediente forense. Necessidade de comprovação .....	1280
3.4.2. Não comparecimento em audiência de julgamento .....	1284
3.4.3. Juntada da sentença após 48 horas da audiência de julgamento.....	1286
3.4.4. Pagamento das custas .....	1287
3.4.5. Depósito recursal .....	1288
3.4.6. Embargos de declaração. Prazo em dobro. Pessoa jurídica de direito público.....	1289
3.4.7. Recurso interposto via fac-símile ....	1289
3.5. Início do prazo para apresentação de contestação em ação rescisória .....	1292
4. Quadro resumido .....	1293
5. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo VI).....	1294
6. incidentes de resolução de demandas repetitivas (IRDRS) e incidentes de assunção de competência (IACS) dos tribunais regionais do trabalho .....	1295
7. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo VI).....	1296

**CAPÍTULO VII****PETIÇÃO INICIAL ..... 1297**

1. Introdução.....	1297
2. Indeferimento liminar .....	1298
3. Novo valor da causa. Mandado de segurança....	1300
4. Alçada.....	1301
4.1. Fixação. Data do ajuizamento da reclamação trabalhista.....	1301
4.2. Constitucionalidade .....	1301
4.3. Inaplicabilidade na ação rescisória e mandado de segurança .....	1302
5. Comissão paritária – portuários .....	1303
6. Quadro resumido .....	1304
7. Súmula do Tribunal Regional do Trabalho .....	1305

8. incidentes de resolução de demandas repetitivas (IRDRS) e incidentes de assunção de competência (IACS) dos tribunais regionais do trabalho .....	1306
9. Informativos do TST (relacionados ao capítulo VII) ..	1307

**CAPÍTULO VIII****TUTELA PROVISÓRIA..... 1309**

1. Introdução.....	1309
2. Competência para concessão nos tribunais.....	1310
3. Momento de concessão. Forma de impugnação	1312
4. Concessão de tutela antecipada para reintegração de empregado protegido por estabilidade provisória decorrente de lei ou norma coletiva.....	1317
5. Concessão de liminar para reintegrar dirigente sindical .....	1318
6. Concessão de liminar para impedir transferência de empregado.....	1319
7. Concessão de liminar para reintegração.....	1320
8. Ação rescisória. Cabimento .....	1322
9. Quadro resumido .....	1324
10. Súmulas dos tribunais regionais do trabalho (relacionadas ao capítulo viii) .....	1325
11. Informativos do tst (relacionados ao Capítulo VIII)....	1326

**CAPÍTULO IX****AUDIÊNCIA ..... 1327**

1. Introdução.....	1327
2. Ausência na audiência .....	1327
2.1. Ausência motivada da reclamada .....	1327
2.2. Ausência do reclamante na audiência de instrução .....	1329
3. Atraso no horário de comparecimento da parte em audiência .....	1330
4. Preposto. Exigência da condição de empregado	1331
5. Conciliação .....	1333
5.1. Acordo judicial. Meio de impugnação (ação rescisória) .....	1333
5.2. Acordo judicial. Alcance .....	1334
5.3. Homologação do acordo. Faculdade do juiz.....	1336
6. Quadro resumido .....	1338
7. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo IX) .....	1339
<b>8. TESES JURÍDICAS PREVALECENTES DOS TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO (RELACIONADAS AO CAPÍTULO IX).....</b>	<b>1340</b>
9. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo IX)..	1341

**CAPÍTULO X****RESPOSTA DO RÉU..... 1345**

1. Introdução.....	1345
2. Compensação. Momento de alegação (contestação).....	1346

3. Revelia .....	1347	4. Concessão do salário relativo ao período de estabilidade já exaurido. Inexistência de julgamento extra petita .....	1392
3.1. Verbas rescisórias não quitadas na primeira audiência. Efeitos.....	1347	5. Agente nocivo diverso do apontado na inicial. Inexistência de julgamento extra petita .....	1394
3.2. Ausência motivada da reclamada .....	1348	6. Quadro resumido .....	1395
3.3. Atraso no horário de comparecimento da parte em audiência.....	1350	7. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo XII) .....	1396
3.4. Aplicação à pessoa jurídica de direito público .....	1351		
3.5. Ação rescisória. Inaplicável os efeitos da revelia .....	1352		
4. Quadro resumido .....	1353		
6. Informativo do TST (relacionado ao Capítulo X). .....	1355		

## CAPÍTULO XI

### PROVAS ..... 1357

1. Introdução.....	1357
2. Ônus da prova.....	1358
2.1. Despedimento.....	1358
2.2. Jornada de trabalho. Registro. Distribuição dinâmica do ônus da prova.....	1360
2.3. Equiparação salarial.....	1364
2.4. Vale-transporte .....	1365
2.5. Diferenças no recolhimento do FGTS.....	1366
3. Prova documental .....	1367
3.1. Instrumento normativo. Cópia não autenticada.....	1367
3.2. Pessoa jurídica de direito público. Dispensa de autenticidade dos documentos.....	1368
3.3. CTPS. Presunção das anotações .....	1369
4. Prova testemunhal.....	1370
4.1. Testemunha que litiga ou litigou contra a mesma reclamada.....	1370
5. Prova Pericial .....	1370
5.1. Adicional de insalubridade e a realização de perícia .....	1370
5.2. Dispensa da realização de perícia. Pagamento espontâneo do adicional de periculosidade.....	1372
6. Confissão .....	1372
7. Quadro resumido .....	1376
8. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho ....	1377
9. Teses jurídicas prevalentes dos tribunais regionais do trabalho (relacionadas ao Capítulo XI).....	1379
10. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo XI). .....	1380

## CAPÍTULO XII

### SENTENÇA ..... 1387

1. Introdução.....	1387
2. Fato superveniente que possa influir no julgamento .....	1388
3. Sentença citra petita. Cabível ação rescisória ....	1391

## CAPÍTULO XIII

### COISA JULGADA ..... 1397

1. Introdução .....	1397
2. Planos econômicos. Limitação à data-base da categoria .....	1397
3. Quadro resumido .....	1399
4. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo XIII) .....	1400
5. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo XIII) .....	1401

## CAPÍTULO XIV

### RECURSOS ..... 1403

1. Teoria geral dos recursos.....	1404
1.1. Introdução.....	1404
1.2. Princípios recursais.....	1404
1.2.1. Princípio da fungibilidade (convertibilidade).....	1404
1.2.1.1. Embargos de declaração contra decisão monocrática do relator.....	1405
1.2.1.2. Indeferimento liminar de ação rescisória e mandado de segurança pelo relator .....	1407
1.2.1.3. Interposição de agravo nominado ou regimental de decisão colegiada. Erro grosseiro.....	1408
1.2.1.4. Erro grosseiro. Interposição de recurso de revista de decisão de competência originária do TRT .....	1409
1.2.2. Irrecorribilidade das decisões interlocutórias.....	1410
1.3. Juízo de admissibilidade .....	1414
1.3.1. Juízo de admissibilidade do recurso principal no agravo de instrumento.....	1415
1.4. Pressupostos recursais .....	1416
1.4.1. Legitimidade e interesse para recorrer.....	1416
1.4.1.1. Ministério Público. Ilegitimidade para recorrer na defesa	

	de interesse patrimonial privado.....	1416		tada do comprovante de recolhimento das custas e do depósito recursal dos recursos anteriores .....	1448
1.4.1.2.	Ilegitimidade dos Estados ou municípios para recorrer em nome de autarquia.....	1418	1.4.4.11.	Novo valor da causa arbitrado ex officio e majoração das custas processuais .....	1449
1.4.2.	Tempestividade.....	1420	1.4.4.12.	Pagamento das custas em recurso ordinário no mandado de segurança.....	1450
1.4.2.1.	Feriado local. Ausência de expediente forense. Necessidade de comprovação....	1420	1.4.5.	Depósito recursal.....	1451
1.4.2.2.	Não comparecimento em audiência de julgamento..	1424	1.4.5.1.	Teto máximo. Fase executória. Litisconsórcio passivo.	1452
1.4.2.3.	Juntada da sentença após 48 horas da audiência de julgamento .....	1426	1.4.5.2.	Exigível apenas na condenação em pecúnia.....	1456
1.4.2.4.	Embargos de declaração. Prazo em dobro. Pessoa jurídica de direito público	1427	1.4.5.3.	Prazo para recolhimento...	1457
1.4.2.5.	Recurso ordinário em mandado de segurança.....	1428	1.4.5.4.	Depósito recursal no Recurso Extraordinário .....	1458
1.4.3.	Representação.....	1428	1.4.5.5.	Depósito recursal na ação rescisória .....	1459
1.4.3.1.	Mandato tácito. Agravo de instrumento.....	1429	1.4.5.6.	Credenciamento bancário. Prova dispensável .....	1459
1.4.3.2.	Agravo de instrumento e recurso de revista interpostos por procurador com poderes limitados ao âmbito do TRT .....	1430	1.4.5.7.	Utilização da guia GFIP.....	1460
1.4.3.3.	Substabelecimento. Reconhecimento de firma .....	1430	1.4.5.8.	Desnecessário a indicação do PIS/PASEP na guia de depósito recursal.....	1462
1.4.3.4.	Mandato. Atos urgentes. Fase recursal .....	1431	1.4.6.	Regularidade formal .....	1463
1.4.4.	Custas processuais.....	1434	1.4.6.1.	Recurso que não ataca os fundamentos da decisão recorrida.....	1463
1.4.4.1.	Inversão do ônus da sucumbência. Acréscimo do valor da condenação. Reembolso das custas à parte vencedora..	1434	1.4.6.2.	Assinatura apenas da petição de interposição ou das razões recursais. Validade.	1466
1.4.4.2.	Prazo para pagamento em sede de recurso .....	1439	1.4.7.	Depósito de multas impostas pelo juízo.....	1468
1.4.4.3.	Recolhimento insuficiente. Diferença ínfima. Deserção .....	1439	1.4.7.1.	Multa por litigância de má-fé.....	1468
1.4.4.4.	Ações plúrimas .....	1442	1.4.7.2.	Multa do art. 1.021, §§ 4º e 5º, do CPC como pressuposto recursal .....	1469
1.4.4.5.	Sociedade de economia mista. Não isenção .....	1443	1.5.	Documentos.....	1471
1.4.4.6.	APPA. Não isenção.....	1444	1.5.1.	Juntada de documentos.....	1471
1.4.4.7.	Massa falida. Empresa em liquidação extrajudicial.....	1445	1.6.	Efeitos dos recursos .....	1472
1.4.4.8.	Comprovação de recolhimento por meio de Darf eletrônico.....	1446	1.6.1.	Efeito devolutivo.....	1472
1.4.4.9.	Guia de recolhimento com carimbo do banco.....	1447	1.6.2.	Efeito suspensivo .....	1476
1.4.4.10.	Formação do traslado no agravo de instrumento. Desnecessidade de jun-		1.6.2.1.	Recurso contra sentença normativa.....	1476
			1.7.	Remessa necessária .....	1477
			1.7.1.	Cabimento.....	1479
			1.7.2.	Incabível recurso de revista quando inexistente recurso voluntário pelo ente público.....	1482

1.7.3. Ausência de reexame necessário. Incabível ação rescisória .....	1483	2.3.4.3. Incabível recurso de revista de acórdão proferido em agravo de instrumento.....	1510
2. Recursos em espécie .....	1484	2.3.4.4. Cabimento na execução de sentença .....	1512
2.1. Embargos de declaração .....	1484	2.3.5. Divergência jurisprudencial .....	1513
2.1.1. Introdução .....	1484	2.3.5.1. Configuração. Divergência específica .....	1514
2.1.2. Embargos de declaração com efeitos modificativos .....	1485	2.3.5.2. Abrangência parcial da di- vergência.....	1515
2.1.2.1. Cabimento .....	1485	2.3.5.3. Comprovação da divergência jurisprudencial.....	1516
2.1.2.2. Necessidade do contraditório .....	1487	2.3.5.4. Decisão superada por itera- tiva, notória e atual jurispru- dência do TST.....	1521
2.1.3. Embargos de declaração com efeitos prequestionatórios.....	1488	2.3.5.5. Decisão recorrida contrária à orientação jurisprudencial	1522
2.1.4. Embargos de declaração contra deci- são monocrática do relator.....	1489	2.3.5.6. Constitucionalidade do art. 896, alínea b, da CLT .....	1523
2.1.5. Prazo em dobro. Pessoa jurídica de direito público .....	1491	2.3.5.7. Divergência jurisprudencial fundada em lei estadual, norma coletiva ou norma regulamentar .....	1524
2.2. Recurso ordinário .....	1492	2.3.5.8. Divergência jurisprudencial oriunda do mesmo Tribunal Regional .....	1526
2.2.1. Introdução .....	1492	2.3.6. Violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal .....	1527
2.2.2. Recurso ordinário em mandado de segurança .....	1492	2.3.6.1. Indicação do dispositivo violado .....	1527
2.2.3. Recurso ordinário em ação rescisó- ria .....	1493	2.3.6.2. Violação legal. Vocábulo violação .....	1529
2.2.4. Não cabimento do recurso ordinário de decisão do TRT proferida em agravo regimental contra liminar.....	1494	2.3.6.3. Nulidade por negativa de prestação jurisdicional.....	1529
2.3. Recurso de revista .....	1494	2.3.6.4. Contrato nulo. Necessidade de invocação de violação do art. 37, II e § 2º, da CF/88.	1530
2.3.1. Introdução .....	1494	2.3.7. Recurso de revista no rito sumarís- simo.....	1531
2.3.2. Pquestionamento (recursos de natureza extraordinária) .....	1496	2.3.7.1. Recurso interposto antes da Lei nº 9.957/00.....	1531
2.3.2.1. Introdução .....	1496	2.3.7.2. Recurso de revista fundado em contrariedade à orienta- ção jurisprudencial .....	1532
2.3.2.2. Configuração.....	1497	2.4. Recurso de embargos à Seção de Dissídios Individuais do TST .....	1533
2.3.2.3. Embargos de declaração com efeitos prequestionatórios	1502	2.4.1. Introdução .....	1533
2.3.2.4. Tese explícita.....	1502	2.4.2. Pquestionamento (recursos de natureza extraordinária).....	1536
2.3.2.5. Exigência de prequestio- namento em matéria de ordem pública .....	1504	2.4.3. Cabimento .....	1537
2.3.2.6. Violação nascida na própria decisão recorrida.....	1506	2.4.3.1. Embargos à SDI de decisão em agravo.....	1537
2.3.2.7. Acórdão que simplesmen- te adota fundamentos da sentença não preenche o prequestionamento .....	1507	2.4.3.2. Embargos à SDI contra deci- são monocrática.....	1542
2.3.3. Inaplicabilidade do princípio da fungi- bilidade. Recurso de revista de decisão de competência originária do TRT..	1508		
2.3.4. Cabimento.....	1508		
2.3.4.1. Incabível para exame de fatos e provas.....	1508		
2.3.4.2. Incabível recurso de revista quando inexistente recurso voluntário pelo ente públi- co.....	1509		

2.4.3.3. Incabível para exame de fatos e provas.....	1543	2.7.3.1. Embargos de declaração de decisão monocrática do relator convertido em agravo.	1572
2.4.4. Divergência jurisprudencial.....	1544	2.7.3.2. Indeferimento liminar de ação rescisória ou mandado de segurança. Recurso ao TST conhecido como agravo regimental e devolvido ao TRT.....	1574
2.4.4.1. Configuração. Divergência específica .....	1544	2.7.3.3. Interposição de agravo inominado ou regimental de decisão colegiada. Erro grosseiro.....	1575
2.4.4.2. Abrangência parcial da divergência.....	1545	2.7.4. Agravo regimental em autos apartados.....	1576
2.4.4.3. Comprovação da divergência jurisprudencial.....	1546	2.8. Recurso Adesivo .....	1577
2.4.4.4. Decisão recorrida contrária à orientação jurisprudencial	1551	2.8.1. Introdução .....	1577
2.4.4.5. Recurso não conhecido com base em orientação jurisprudencial.....	1552	2.8.2. Cabimento no processo do trabalho. Objeto.....	1577
2.4.4.6. Divergência jurisprudencial fundada em lei estadual, norma coletiva ou norma regulamentar .....	1553	3. Quadro resumido .....	1579
2.4.4.7. Divergência oriunda da mesma Turma do TST .....	1555	4. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho ....	1589
2.4.5. Embargos para a SDI no rito sumaríssimo.....	1556	5. Teses Jurídicas Prevalentes dos Tribunais Regionais do Trabalho .....	1592
2.4.6. Embargos para a SDI na fase executiva .....	1558	6. Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas e Incidentes de Assunção de Competência dos Tribunais Regionais do Trabalho .....	1593
2.5. Agravo de instrumento.....	1560	7. Informativos do TST (relacionados ao capítulo xiv) .....	1594
2.5.1. Introdução .....	1560		
2.5.2. Representação processual por meio de procuração ou substabelecimento com cláusula limitativa de poderes ao âmbito do TRT.....	1562		
2.5.3. Formação do instrumento (traslado) .....	1562		
2.5.3.1. Peças essenciais apresentadas pelo agravado .....	1562		
2.5.3.2. Traslado. Juntada de mandado tácito .....	1563		
2.5.3.3. Requerimento indeferido de autenticação de cópias pela secretaria do TRT .....	1564		
2.5.3.4. Desnecessidade de juntado do comprovante de recolhimento das custas e do depósito recursal dos recursos anteriores .....	1565		
2.5.4. Juízo de admissibilidade do recurso denegado.....	1566		
2.6. Agravo de petição .....	1566		
2.6.1. Introdução .....	1566		
2.6.2. Delimitação da matéria e valores objetos de discordância.....	1567		
2.6.3. Recurso de revista em agravo de petição.....	1567		
2.7. Agravo interno e regimental .....	1568		
2.7.1. Introdução .....	1568		
2.7.2. Aplicação subsidiária do art. 932 do CPC/15 .....	1569		
2.7.3. Princípio da fungibilidade .....	1572		

## CAPÍTULO XV

### EXECUÇÃO TRABALHISTA..... 1633

1. Juros.....	1633
1.1. Incidência .....	1633
1.2. Incidência independentemente de constar no pedido inicial ou na condenação.....	1636
1.3. Juros capitalizados. Irretroatividade do Decreto-Lei nº 2.322, de 26.2.1987.....	1637
1.4. Juros e correção monetária nas indenizações por dano moral .....	1637
<b>1.5. Fazenda Pública condenada subsidiariamente.....</b>	<b>1639</b>
1.6. Não incidência nas empresas em intervenção ou liquidação extrajudicial.....	1641
1.7. Sucessão trabalhista em liquidação extrajudicial.....	1642
1.8. Não integram a base de cálculo do Imposto de Renda.....	1642
2. Correção monetária .....	1644
2.1. Não incidência sobre débito do empregado.....	1644
2.2. Aplicação da TR cumulada com juros. Não violação do art. 5º, II e XXXVI da CF/88 .....	1645
2.3. Correção monetária dos salários .....	1647
2.4. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço....	1648
2.5. Complementação de aposentadoria devida à dependente de ex-empregado .....	1648



6.2.5. Decisão homologatória de adjudicação, de arrematação e de cálculos..	1784	9.4.5.1. Lei infraconstitucional controvertida. Marco divisor...	1818
6.2.6. Sentença de extinção da execução	1785	9.4.5.2. Membro suplente da CIPA. Garantia de emprego.....	1821
7. Representação processual. Procuração com poderes específicos para o ajuizamento de reclamação trabalhista. Irregularidade verificada na fase recursal .....	1787	9.4.5.3. Complementação de aposentadoria. Banespa.....	1822
8. Petição inicial.....	1788	9.4.5.4. Conab. Aviso Direh 2/84 ...	1822
8.1. Ausência de capitulação ou capitulação errônea no art. 485 do CPC .....	1788	9.4.5.5. Planos econômicos.....	1823
8.2. Cumulação subsidiária de pedidos.....	1790	9.4.5.6. Correção monetária sobre os salários dos servidores das universidades federais.....	1824
8.3. Tutela antecipada e pedido liminar na ação rescisória .....	1791	9.4.5.7. Incidência do Imposto de Renda sobre as parcelas recebidas no PDV.....	1825
9. Hipóteses de cabimento .....	1793	9.4.5.8. Reajustes bimestrais e quadrimestrais. Lei nº 8.222/91...	1825
9.1. Incompetência absoluta .....	1793	9.4.5.9. Cláusula penal. Limitação ao valor do principal.....	1826
9.2. Dolo ou colusão .....	1794	9.4.5.10. Empresas públicas e sociedades de economia mista. Garantia de emprego de período pré-eleitoral.....	1827
9.2.1. Dolo da parte vencedora em detrimento da vencida.....	1794	9.4.5.11. Banco do Brasil. AP e ADI ou AFR. Horas extras após a sexta .....	1827
9.2.2. Colusão das partes.....	1795	9.4.6. Casos específicos de violação manifesta de norma jurídica .....	1828
9.2.3. Multa por litigância de má-fé.....	1797	9.4.6.1. Decisão que acolhe pedido de adicional de insalubridade com base na remuneração .....	1828
9.3. Coisa julgada .....	1799	9.4.6.2. Adicional de caráter pessoal em favor de empregado do Banco do Brasil.....	1829
9.3.1. Acordo homologado em que o empregado dá ampla e plena quitação ....	1799	9.4.6.3. Contrato nulo. Necessidade de invocação de violação do art. 37, II e § 2º, da CF/88 .	1830
9.3.2. Ação de cumprimento. Ofensa à coisa julgada emanada de sentença normativa modificada em grau de recurso.	1801	9.4.6.4. Concurso público anulado posteriormente.....	1831
9.3.3. Exigência de relações processuais distintas.....	1802	9.4.6.5. Professor-adjunto. Ingresso no cargo de professor-titular. Exigência de concurso público.....	1832
9.3.4. Necessidade de fixação de tese na decisão rescindenda .....	1804	9.4.6.6. Gratificação de nível superior. Suframa .....	1833
9.3.5. Interpretação do sentido e alcance do título executivo .....	1805	9.4.6.7. Decisão que reconhece estabilidade provisória e determina reintegração de empregado depois de exaurido o período estável.....	1833
9.3.6. Descontos previdenciários e fiscais na fase de execução .....	1806	9.4.6.8. Estipulação do salário profissional em múltiplos do salário-mínimo .....	1834
9.3.7. Planos econômicos. Limitação à data base na fase de execução.....	1807	9.4.6.9. Sentença citra petita .....	1835
9.4. Violação manifesta de norma jurídica .....	1808	9.5. Prova nova (documento novo) .....	1836
9.4.1. Alcance da regra .....	1808	9.6. Ação rescisória para invalidar transação ....	1839
9.4.1.1. Expressão lei.....	1808	9.6.1. Termo de conciliação (acordo judicial) .....	1839
9.4.1.2. Prescrição total ou parcial. Construção jurisprudencial.....	1810	9.6.2. Acordo prévio ao ajuizamento da reclamação .....	1840
9.4.1.3. Violação aos princípios da legalidade, do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa. Afronta reflexa .....	1811		
9.4.2. Decisão de mérito alicerçada em duplo fundamento.....	1812		
9.4.3. Reexame de fatos e prova.....	1812		
9.4.4. Pronunciamento explícito .....	1813		
9.4.4.1. Necessidade quando se tratar de violação à lei.....	1813		
9.4.4.2. Princípio da legalidade administrativa. Necessidade de prequestionamento .....	1817		
9.4.5. Matéria controvertida nos tribunais	1818		

9.7. Ação rescisória para invalidar confissão.....	1842	3.7. Deferimento de reintegração no emprego em ação cautelar.....	1898
9.8. Ação rescisória fundada em erro de fato ....	1843	3.8. Tutela antecipada para reintegração de empregado protegido por estabilidade provisória.....	1900
9.8.1. Caracterização .....	1843	3.9. Liminar de reintegração no emprego de dirigente sindical .....	1901
9.8.2. Contradição entre fundamentação e parte dispositiva do julgado.....	1845	3.10. Liminar de reintegração no emprego de dirigente sindical antes de decisão final do inquérito para apuração de falta grave.....	1902
10. Resposta do réu .....	1845	3.11. Concessão de liminar para reintegração do empregado até a decisão final do processo quando demonstrada a razoabilidade do direito subjetivo material .....	1903
10.1. Ausência de defesa. Inaplicáveis efeitos da revelia .....	1845	3.12. Concessão de liminar impedindo a transferência de empregado .....	1904
10.2. Início do prazo para apresentação de contestação .....	1846	3.13. Mandado de segurança contra liminar concedida ou denegada em outro mandado de segurança .....	1905
11. Recursos .....	1847	3.14. Decisão que não suspende execução trabalhista de cooperativa em liquidação extrajudicial.....	1907
11.1. Princípio da fungibilidade recursal.....	1847	3.15. Penhora em dinheiro.....	1907
11.1.1. Indeferimento liminar de ação rescisória pelo TRT. Recurso ordinário recebido como agravo regimental..	1847	3.16. Decisão que bloqueia numerário em conta-salário .....	1911
11.1.2. Recurso de revista de acórdão de competência originária do TRT. Erro grosseiro.....	1848	3.17. Penhora por meio de carta de fiança bancária e seguro garantia judicial no lugar de dinheiro.....	1914
11.2. Cabimento do recurso ordinário de decisão do TRT .....	1848	3.18. Penhora sobre parte da renda de estabelecimento comercial .....	1916
11.3. Depósito recursal.....	1849	3.19. Mandado de segurança com a mesma finalidade dos embargos de terceiro .....	1917
11.4. Decisão proferida em agravo regimental confirmando decisão monocrática do relator que indefere petição inicial da ação rescisória com fundamento em matéria controvertida.....	1849	3.20. Decisão homologatória de adjudicação.....	1918
12. Ação cautelar para suspender execução da decisão rescindenda .....	1851	3.21. Prosseguimento da execução quanto aos tópicos e valores não especificados no agravo de petição .....	1919
13. Ação rescisória de ação rescisória. Indicação de violação dos mesmos dispositivos legais apontados na rescisória primitiva .....	1852	3.22. Execução na pendência de recurso extraordinário .....	1920
14. Ação cautelar em ação rescisória para suspender execução. Documentos indispensáveis .....	1853	3.23. Ato que determina ao INSS o reconhecimento e/ou averbação de tempo de serviço .....	1921
15. Quadro resumido .....	1855	3.24. Indeferimento de requerimento de autenticação de cópias.....	1922
16. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo XVII).....	1863	3.25. Decisão que exige depósito prévio de honorários periciais .....	1922
17. incidentes de resolução de demandas repetitivas (IRDRS) e incidentes de assunção de competência (IACS) dos tribunais regionais do trabalho .....	1864	3.26. Obtenção de sentença genérica no mandado de segurança para eventos futuros .....	1923
18. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo XVII)	1865	4. Contagem do prazo para impetração do mandado de segurança .....	1924

## CAPÍTULO XVII

### MANDADO DE SEGURANÇA ..... 1887

1. Introdução.....	1887	5.1. Princípio da fungibilidade. Recurso ordinário interposto contra decisão monocrática que indefere petição inicial do mandado de segurança .....	1924
2. Prova pré-constituída. Apresentação com a petição inicial.....	1888	5.2. Recurso de revista de decisão do TRT. Princípio da fungibilidade inaplicável .....	1925
3. Cabimento.....	1889	5.3. Prazo do recurso ordinário.....	1926
3.1. Decisão judicial transitada em julgado .....	1889		
3.2. Decisão judicial transitada em julgado formalmente .....	1889		
3.3. Decisão passível de recurso próprio.....	1890		
3.4. Ato judicial que, de ofício, arbitrou novo valor à causa .....	1891		
3.5. Tutela antecipada concedida e indeferida antes ou na sentença .....	1892		
3.6. Decisão que concede liminar ou homologa acordo judicial.....	1897		

5.4. Não cabimento do recurso ordinário de decisão do TRT proferida em agravo regimental contra liminar.....	1927
5.5. Exigência do recolhimento de custas processuais no recurso ordinário.....	1927
5.6. Mandado de segurança instruído com procuração outorgada com poderes específicos para o ajuizamento de reclamação trabalhista. Irregularidade verificada na fase recursal...	1929
6. Quadro resumido .....	1931
7. Súmulas dos Tribunais Regionais do Trabalho (relacionadas ao Capítulo XVIII).....	1934
8. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo XVIII).....	1935

## CAPÍTULO XVIII

### DISSÍDIO COLETIVO..... 1951

1. Introdução.....	1951
2. Poder normativo. Decisões contrárias ao STF.....	1952
3. Legitimidade.....	1953
3.1. Imprescindibilidade do registro no Ministério do Trabalho e Emprego.....	1953
3.2. Correspondência entre as atividades exercidas pelos setores profissional e econômico envolvidos no conflito.....	1954
3.3. Impossibilidade de representação fundada na maior ou menor dimensão de cada ramo ou empresa .....	1955
4. Interesse de agir .....	1956
4.1. Dissídiocoletivojurídico.Impossibilidade de interpretação de norma de caráter genérico	1956
4.2. Impossibilidade de ajuizamento de dissídio coletivo para reconhecimento de categoria diferenciada .....	1957
5. Competência .....	1958
5.1. Dissídio coletivo de greve de servidores celetistas de pessoa jurídica de direito público	1958
6. Pressupostos processuais específicos .....	1959
6.1. Autorização dos trabalhadores diretamente envolvidos no conflito.....	1959
6.2. Comum acordo.....	1960
6.3. Assembleia .....	1961
6.3.1. Edital de convocação e ata da assembleia geral.....	1961
6.3.2. Pauta reivindicatória não registrada na ata de assembleia.....	1962
6.4. Fundamentação das cláusulas reivindicadas .....	1962

7. Dissídio coletivo em face de pessoa jurídica de Direito Público.....	1963
7.1. Limites e possibilidade da negociação coletiva no setor público.....	1964
8. Acordo .....	1965
8.1. Impossibilidade de extensão do acordo homologado às partes não subscreventes do acordo.....	1965
8.2. Desnecessidade de homologação do acordo extrajudicial.....	1966
9. Recursos.....	1968
9.1. Ausência de intimação para pagamento das custas processuais .....	1968
9.2. Cassação do efeito suspensivo .....	1969
10. Incompatibilidade do arresto, apreensão ou depósito no dissídio coletivo .....	1970
11. Ação de cumprimento .....	1971
11.1. Legitimidade do sindicato inclusive para o cumprimento de convenção ou acordo coletivo.....	1971
11.2. Interesse de agir quando já houver direitos reconhecidos em sentença normativa.....	1973
11.3. Dispensável o trânsito em julgado da sentença normativa para a propositura da ação de cumprimento.....	1974
11.4. Ação de cumprimento fundada em decisão normativa que sofreu posterior reforma.....	1975
12. Quadro resumido .....	1977
13. Quadro resumido das OJS da SDC.....	1978
14. Súmulas dos tribunais regionais do trabalho (relacionadas ao Capítulo XIX).....	1979
15. Informativos do TST (relacionados ao Capítulo XIX)..	1980

## CAPÍTULO XIX

### HABEAS CORPUS ..... 1987

1. Introdução.....	1987
2. Depositário infiel. Penhora sobre coisa futura e incerta .....	1988
3. Necessidade de aceitação do encargo de depositário.....	1990
4. Habeas corpus substitutivo de recurso ordinário	1990
5. Quadro resumido .....	1992
6. Informativos do TST (relacionados ao capítulo XX).....	1993
<b>Bibliografia .....</b>	<b>1995</b>
<b>Índice em ordem numérica (TST).....</b>	<b>2007</b>
<b>Incidentes de Recursos de Revista Repetitivos do TST ...</b>	<b>2061</b>
<b>Teses de repercussão geral do STF com impactos no direito e processo do trabalho .....</b>	<b>2067</b>
<b>Índice alfabético-remissivo .....</b>	<b>2069</b>